

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	15
-------------------------	-----------

2

LEGISLAÇÃO PENAL MILITAR, JUSTIÇA MILITAR, CRIME MILITAR E CONSTITUIÇÃO.....	27
---	-----------

2.1. Direito Penal Militar brasileiro: da origem aos tempos atuais.....	27
2.2. Código Penal Militar e sua influência neokantista	31
2.3. Justiça Militar e o crime militar nas constituições brasileiras	35
2.4. O Direito Penal Militar na Constituição de 1988: a exaltação do critério <i>ratione legis</i> para o conceito de crime militar..	51
2.5. A expansão do Direito Penal Militar: concepção, prós e contras	61
2.5.1. As inovações trazidas pela Lei n. 13.491, de 13 de outubro de 2017: o crime militar extravagante	63
2.5.2. A expansão do Direito Penal Militar: compreensão e consequências	69
2.5.3. Pontos positivos e negativos da expansão do Direito Penal Militar	72

2.5.4. Necessidade de contenção da expansão desmedida do Direito Penal Militar e seu reflexo pragmático	88
2.6. A comparação com três realidades de países lusófonos...	92
2.6.1. A realidade de Portugal	92
2.6.2. O Direito Penal Militar angolano.....	95
2.6.3. Cabo Verde e o Direito Penal Militar	98

3

TEORIA GERAL DO BEM JURÍDICO-PENAL 101

3.1. Breve evolução histórica do conceito de bem jurídico-penal	104
3.1.1. Feuerbach e a concepção de lesão a um direito subjetivo	104
3.1.2. Birnbaum e o rompimento da tutela apenas de direitos subjetivos.....	106
3.1.3. Binding e a primeira noção de “bem jurídico”	107
3.1.4. Von Liszt e as estruturas preexistentes	109
3.1.5. Os neokantistas e a concepção do bem jurídico-penal como simples vetor de interpretação.....	110
3.1.6. Mayer: o Direito não cria, mas apenas reconhece interesses	113
3.1.7. Welzel e os valores ético-sociais	115
3.1.8. Funcionalismo: visões díspares de Roxin e Jakobs...	119
3.2. A eleição da premissa de raciocínio.....	124
3.2.1. Momentos de utilidade da fixação do conceito de bem jurídico-penal.....	126
3.2.3. Imprescindibilidade da teoria do bem jurídico e uma síntese de sua compreensão.....	138

4**PLURIOFENSIVIDADE DO CRIME MILITAR E O BEM JURÍDICO-PENAL MILITAR CATEGORIAL 149**

- 4.1. Direito Penal Militar como controle social em regimes de exceção 149
- 4.2. Redemocratização e o conceito reducionista de crime militar 159
- 4.3. Compreensão pluriofensiva do crime militar..... 171
- 4.4. Teoria do bem jurídico-penal categorial 174
- 4.5. A primeira abordagem específica acerca do bem jurídico-penal militar: regularidade das instituições militares..... 181
- 4.6. A ordem administrativa militar como bem jurídico-penal militar categorial: por uma interpretação conforme a Constituição Federal 186
 - 4.6.1. Previsão expressa da ordem administrativa militar na lei penal militar 186
 - 4.6.2. Conteúdo da ordem administrativa militar..... 187
 - 4.6.3. Ordem administrativa militar como um bem jurídico-penal militar 193
 - 4.6.4. Lesão à ordem administrativa militar: crime de perigo ou crime de dano? 195
 - 4.6.5. Enfrentando a crítica do amplo espectro da ordem administrativa militar impedindo a contenção da expansão penal..... 199
 - 4.6.6. Interpretação conforme a constituição impulsionando a ordem administrativa militar como mecanismo de contenção da subsunção de condutas aos crimes militares 201

5**APLICAÇÃO CONCRETA DA TEORIA DO BEM JURÍDICO-PENAL MILITAR CATEGORIAL 207**

5.1. A aplicação da teoria proposta e a consequência em algumas categorias de crimes militares.....	207
5.1.1. Crimes capitulados no Código Penal Militar.....	208
5.1.1.1. Crimes apenas existentes no Código Penal Militar ou nele tipificados de forma diversa da legislação penal comum.....	209
5.1.1.2. Crimes militares previstos no Código Penal Militar e na legislação penal comum, de militar da ativa contra militar da ativa	210
5.1.1.3. Crimes praticados por civis ou por militares veteranos	217
5.1.1.4. Crimes contra a administração da Justiça Militar	218
5.1.2. Crimes previstos fora do Código Penal Militar (crimes militares extravagantes)	221
5.1.2.1. Crimes militares extravagantes de militar da ativa contra militar da ativa.....	222
5.1.2.2. Crimes militares extravagantes praticados por civis ou por militares veteranos	227
5.1.2.3. Crimes militares extravagantes ambientais.....	229
5.1.2.4. Crimes militares extravagantes contra o Estado Democrático de Direito.....	231
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS.....	237